

“A Greve Continua!”: Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda

“The strike goes on!” some historyographic considerations about the strike’s movements at Volta Redonda

Artigo
Original

Original
Paper

Edson Teixeira da Silva Júnior ¹
Ivanilde de Sousa e Silva ²
Luis Carlos Castilho ²
Priscila Silveira ²
Roosevelt Bruno de Souza Chrisóstimo ²



Palavras-chaves:

Greve
Novo
Sindicalismo
Volta Redonda

Resumo

Este artigo se vincula ao Programa de Iniciação Científica (PIC) realizado junto ao Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), cujo título é “Arigó, peão e capacete branco: memória e história da greve ocorrida em Volta Redonda, em 1988”. O artigo tem como objetivo principal estudar como se deu a greve de 1988. Nesse sentido, foi necessária a recuperação de certos acontecimentos, como a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a criação e o desenvolvimento do Sindicato dos Metalúrgicos e a emancipação da cidade de Volta Redonda, assim como, o debate em torno do “novo sindicalismo” e sua manifestação na “cidade do aço”.

Abstract

This article is associated to the scientific initiation program (SIP) realized into the Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). It's title is “Arigó, laborer and white helmet: history and memory of the strike occurred in Volta Redonda city in 1988th”. The article's main objective is to study how the 1988's strike happened. Then, it was necessary to get some specific events back, as the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foundation's, the development and the creation of the employers's union and the Volta Redonda city's emancipation. Besides, the debate about the “employers news questions” and it's expressions into the ‘steel city’.

Key words:

Strike
New Union
Volta Redonda

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo estudar, com base na historiografia, a greve de 1988, em Volta Redonda. Destaca-se ao leitor que se trata de parte integrante de uma pesquisa de iniciação científica, realizada junto ao Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA).

Organizamos o artigo contendo os seguintes itens: o primeiro reúne uma curta discussão teórica metodológica sobre história política e memória; em seguida, procuramos

recuperar a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e seu modelo de *Company Town*, ressaltando as formas de convencimento e coerções existentes na empresa e na cidade, após a sua emancipação em 1954. Adiante, traçamos um breve histórico de como se formou o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, analisando dois itens pertinentes: a emergência do novo sindicalismo e a greve de 1988. Por fim, elaboramos uma conclusão que mais sugere questionamentos do que respostas

¹ Doutor - Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - UniFOA

² Acadêmicos - Curso de História - UniFOA

ao tema abordado.

O objeto de análise é de grande relevância haja visto estarmos próximo dos vinte anos do fato ocorrido. Muitas reflexões se consolidam na produção e memória históricas, embora não seja nosso intento duelar com a bibliografia existente, mas dialogar e propor reflexões que poderão ser aprofundadas e esclarecidas na pesquisa em andamento. O segundo aspecto de relevância é a oportunidade oferecida a docentes de graduação no ato de pesquisa e produção histórica. Os equívocos do artigo e da pesquisa não pertencem a estes docentes, mas ao seu orientador. O mérito é de todos que apostam no ensino além da sala de aula, mais imerso no conhecimento científico.

Não temos a pretensão de reescrever o que a historiografia já o fez sobre greves e sobre Volta Redonda, mas recuperar os temas que são pertinentes ao nosso projeto de pesquisa, de modo que o interesse pelo aprofundamento do tema narrado pode ser auxiliado pela bibliografia mencionada.

Gostaríamos de agradecer ao Programa de Iniciação Científica do UNIFOA pelo financiamento da pesquisa e aos colegas de profissão que temos mantido contato; a coordenadora do curso de História, Flávia Lages Castro, pelo incentivo e apoio e a todos que fazem da pesquisa um campo interminável de conhecimento e busca de respostas, problematizações que tornam o ofício de historiador prazeroso e extremamente exigente.

2. História Política e Memória

No vasto campo de produção historiográfica, a história política sofreu críticas. Contra ela pesava várias fundamentações demarcadas pelo positivismo que acometeu as ciências sociais do século XIX. A primeira crítica se constrói a partir da sua tendência “em fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais” (RÉMOND, 1996, p. 15). Crítica da história política vinculada à emergência dos Estados europeus e a tentativa de verificar as matrizes teóricas desse complexo período, que vai da formação de Portugal, no século XIV e avança pelos demais períodos, até o século XIX.

A crítica mais mordaz quanto à história política era a sua suposta superficialidade. Argumentou-se “que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas. (...) a história política permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear. (...) Ela imaginava que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, e às vezes levava mesmo a cegueira até o ponto de acreditar que as idéias conduzem o mundo” (RÉMOND, 1996, p. 17-18).

Talvez a crítica tenha sustentabilidade quando localizada no método de certos historiadores. Estes talvez tenham abordado o político com uma política legitimadora dos grandes acontecimentos e de seus protagonistas, sem necessariamente ter vínculos oficiais com os objetos narrados. No entanto, a história é dinâmica e suas alterações no tempo permitem a reconstrução das análises e objetos dentro de um mesmo referencial de produção. As fontes podem ser analisadas de forma diversa pelos historiadores, não importando a sua natureza, mas o objeto que o historiador procura desvendar.

O fato é que a história política não precisou de muito esforço para ser recuperada. Além de suas variadas fontes, foi preciso consolidar um diálogo com outras ciências para caracterizar aquilo que a revista dos *Annales*, em 1929, defendia: a aproximação com a demografia, com a geografia, com os dados quantitativos, com a longa duração, com as estruturas, com a psicologia social, com a lingüística, o individual e o contextual, enfim, uma elasticidade na análise dos fenômenos históricos. Como nos ensina Rémond: “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar” (Id, p. 29.)

Assim, é possível recorrer ao político no estudo dos partidos, das eleições, das associações, entre outras formas de organização. Entendemos que nos limites do nosso projeto de pesquisa, nos limites de um artigo de pesquisa, o estudo da greve de 1988, ocorrida em Volta Redonda, se aproxima da história política no sentido de ampliar a compreensão do acontecimento, numa direção que vá até a profundidade permitida dos dados superficiais e da memória construída socialmente.

A memória é uma lembrança em construção que envolve vários atores sociais. Segundo Pollak (1992), “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, (...) [mas] a memória deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

No âmbito de nosso projeto de pesquisa, a memória dos acontecimentos relacionados à greve de 1988 é palco de disputa política que envolve vários setores da sociedade civil e da sociedade política. Seria comprometedor nos submeter a tal disputa, mas é imperativo contribuir para a recuperação dos acontecimentos, suas memórias e suas narrativas, não permitindo que o esquecimento e o silêncio se coadunem com o processo de desconstrução neoliberal presente.

Nesse sentido, a história política e a memória são dois referenciais que pautam nossa pesquisa. Um no sentido de revitalizar as fontes de análise e de propor um estudo que vá além do superficial. Outro no sentido de confrontar as idéias e matrizes políticas que os atores sociais, quase duas décadas completas da greve, possam fornecer como depoimento histórico.

Assim, de modo sucinto, existe a tentativa de verificar como surgiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o sindicalismo na cidade de Volta Redonda e os conflitos daí advindos até a greve de maior polarização. Algo que certamente nos permite verificar se a “família siderúrgica” era tão subserviente, ou se predominou a conjugação de dois fatores que a nós parece fundamental: a lógica do consenso e da coerção, não importando se a siderúrgica era estatal ou privada.

3. Da Siderúrgica a uma Cidade: Consenso e Coerção em Volta Redonda

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é fruto de uma extensa negociação diplomática que disputou o investimento estrangeiro norte-americano ou alemão, no momento em que a política internacional se inseriu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Brasil se aproximou dos Estados Unidos e através de um empréstimo do *Eximbank* garantiu os recursos para dar

início à construção da usina siderúrgica:

“no dia 30 de janeiro de 1941, Vargas assinou Decreto-Lei nº 3.002, autorizando a criação da tão esperada companhia e a construção da usina siderúrgica em Volta Redonda. (...) Em 9 de abril de 1941 realizou-se a Assembléia Geral de criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)” (MOREIRA, 2000, p.35-37).

A escolha da região onde passaria a funcionar a usina teve dois fatores básicos: a localização próxima ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo e a topografia do terreno, somada a existência do Rio Paraíba do Sul. Além desses fatores, teve peso político na escolha a influência do governador do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, genro do presidente Getúlio Vargas.

A CSN nasceu com um projeto siderúrgico que não se ateu aos aspectos inerentes à produção de aço. Era necessário moldar e modelar a população atraída pela possibilidade de emprego. Tanto que a siderúrgica teria papel fundamental na infraestrutura da futura cidade de Volta Redonda, “com seu corpo de bombeiros, seu hospital provisório, sua banda de música, todos criados pela CSN” (Id., p. 66). O 8º distrito de Barra Mansa se emancipou e passou a ser cidade independente em 17 de julho de 1954, nascia Volta Redonda.

O modelo de cidade não foi apenas geograficamente definido, foi socialmente elaborado, era o que é definido como *company-town*:

“As *company-town* são cidades ou regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir, com razoável grau de garantia, as necessidades de força de trabalho, através da fixação desta pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento” (GRACIOLLI, 1997, p. 28).

Além da infraestrutura e do controle político exercido sobre a população, era necessário viabilizar formas de lazer que mantivessem e reforçassem os laços entre a usina e os trabalhadores. Para tanto, foram tomadas inúmeras iniciativas como a criação do Recreio do Trabalhador, em 1951, no segundo governo Vargas. Mas, o aspecto mais eficiente da identidade dos trabalhadores com a siderúrgica estava configurado na presença da CSN em vários setores da vida social:

“do time de futebol à formação odontológica, atrito na vizinhança, o cotidiano dos operários era, em suas várias esferas, controlado pela Companhia. O aluguel da casa era deduzido do salário, na própria folha de pagamento, e correspondia a um valor muito abaixo em relação àquele existente no mercado imobiliário da época. A moradia ocupava lugar singular na idéia da família siderúrgica, uma vez que atrelava a inda mais o espaço extra-usina à Companhia” (GRACIOLLI, 1997, p. 32.).

É importante ressaltar que esse modelo de *company-town* não retira o conteúdo tirânico do Estado sobre a população. A CSN possuía uma polícia própria que agia de modo a não só punir delitos, mais a manter a vigilância sobre os trabalhadores fora da empresa. Os clubes recreativos surgidos na cidade eram elaborados visando a contemplar a divisão na hierarquia da empresa, havendo os mais populares e os que atendiam aos executivos; existiam clubes que proibiam a filiação de negros, em plena década de 40. Além disso, alguns benefícios que foram implantados pela siderúrgica não atingiram a todos os trabalhadores, havia também uma hierarquização na concessão de alguns direitos, como a moradia, surgindo bairros periféricos carentes de infraestrutura, formado pelos excluídos das concessões feitas pela empresa. A cidade de Volta Redonda, durante e após a estatização da CSN, conjugou duas maneiras de controle, que podem ser resumidas na concessão e coerção sobre a população. O regime de concessões e coerções perpassa todo o período, ainda que não percamos de vista as referências estatais e privatistas. Vejamos um mecanismo adotado na região antes mesmo da emancipação:

“(…) pelo Decreto-Lei nº 4937, de 9 de novembro de 1942, as pessoas pertencentes a fábricas consideradas de interesse militar não poderiam largar o serviço por mais de 8 dias, sob pena de serem considerados desertores. A CSN estava incluída dentre elas: ser seu empregado significava servir às Forças Armadas e colaborar na defesa da pátria” (MOREL, 1989, pp. 84 e 87).

Tal aspecto ilustra a “concepção militarizada e militarizante” que tomou conta da empresa na sua origem, configurando um quadro de trágica coincidência: se a militarização esteve presente como referência à população trabalhadora, foi esse mesmo setor militar que, em 9 novembro de 1988, deve ser responsabilizado pelo assassinato de três operários e da perseguição à população:

afinal, quem desertou a pátria?

Se Getúlio Vargas construiu a identidade de “pai dos pobres”, não seria grosseiro afirmar que a Companhia Siderúrgica Nacional funcionava como uma “mãe para os trabalhadores”. Essa identidade paternal e maternal não apaga o caráter tirânico que vigorou e vigora na cidade. Serve mesmo para esclarecer a atuação moderada da primeira geração de metalúrgicos, que compreende a fundação da CSN até a década de 70. Isso não implica menosprezar as mobilizações que ocorreram durante a permanência dessa geração na empresa. Conflitos ocorreram e questionamentos eram realizados, mas a estrutura e a superestrutura – na concepção de Karl Marx – não pode ser desprezada como elemento atenuante do conflito entre trabalhadores e empresa. Segundo este autor, “o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade forma sua base ou estrutura” e a superestrutura reúne “as ideologias políticas, as concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos, ilusões, modo de pensar e concepções de vida diversos e plasmados de um modo peculiar” (MARX, s/d, p. 415). Evidentemente que a fundamentação teórica “marxiniana” trata de uma visão macrosociológica que não nos imputa sua adoção como elemento basilar da realidade social existente na cidade de Volta Redonda, nem por isso seu aspecto microsociológico merece ser desprezado, ainda mais numa região que simbolizava a inserção do país na industrialização de base e na consolidação das relações sociais capitalistas.

4. Construindo um Sindicato: Breve História do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda

No ano de 1943, é fundada a Associação Profissional dos Metalúrgicos (APM), com sede no município de Barra Mansa, onde já funcionava, desde 1930, a Siderúrgica Barra Mansa. A diretoria da APM foi composta por “Getulistas” e integrantes do futuro Partido Social Democrático (PSD). No ano de 1946, a Associação recebeu a carta sindical do Ministério do Trabalho, tendo

umas juntas governativas, que permaneceu até 1951, ano da primeira eleição sindical.

No ano de 1947, a sede do sindicato é transferida para Volta Redonda, com apoio da Companhia Siderúrgica Nacional e, nesse momento, já havia a presença de comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹ nas atividades sindicais.

No período de 1946 a 1951 houve uma forte repressão do governo Eurico Gaspar Dutra, mas o esquema Getulista baseado no trabalhismo continuou no Brasil, e esse trabalho proporcionou depois a vitória de Getúlio Vargas, constituindo-se em uma das maiores fraudes eleitorais montadas, com a vitória de Vargas. Os sindicatos passaram a ter nova vida, mas controlados por grupos Getulistas ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A primeira diretoria eleita estava sob a liderança do PSD, partido comandado por Amaral Peixoto, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da hegemonia pessedista, havia a presença de outros partidos principalmente dos comunistas que eram aliados do governador.

Passando para o período de 1953 a 1955, ainda com o domínio de Alan Cruz e do PSD, não houve uma renovação em peso da diretoria. Após a saída de Alan Cruz da presidência, que passou para Walter Milhem, o período foi marcado pela conciliação com os patrões, principalmente com a CSN.

O sindicato entrou na luta pela emancipação da cidade em 1954 e, após a conquista da mesma, alguns diretores foram agraciados com cargos. Walter Milhem foi nomeado fiscal de rendas do estado; Alan Cruz ganhou o cartório de notas e ofícios e Jaime Martins tornou-se técnico de educação. Nos anos de 1955 a 1957, uma aliança inusitada uniu comunistas e ex-integralistas contra a política de Walter Milhem, considerado um dirigente patronal. Pela primeira vez, uma chapa de oposição ganhou o sindicato, e em pouco tempo apareceram as divergências. Prevendo sua derrota na diretoria, o líder sindical José Cláudio Alves pediu a intervenção no sindicato e isso só não aconteceu porque a

categoria foi mobilizada assumindo a guarda do prédio. Revertendo a intervenção, os metalúrgicos decidiram em assembléia afastar o presidente, substituindo-o por Nestor Lima.

No ano de 1956, foram abertos alguns espaços para a luta sindical, que reapareceu com mais organização e grandes mobilizações: no dia 27 de abril do mesmo ano, foi realizada em Volta Redonda a primeira Conferência Nacional dos Metalúrgicos.

Em maio de 1957, a chapa denominada independência, liderada por Othon Reis Fernandes, assumiu a direção do sindicato, iniciando uma hegemonia política do PTB, que vai até o ano de 1963, tendo os comunistas como oposição. O presidente Othon Reis se afastou do sindicato devido a desgastes políticos da diretoria, que apesar de desgastada, ainda conseguia continuar no sindicato. Teve início um movimento de oposição liderado por Lima Neto, que foi indicado para liderar a chapa opositora, com maioria de filiados ao PCB e simpatizantes. Pela primeira vez uma chapa teve a presença de engenheiros e técnicos da usina.

No período de 1963 a 1964, foi marcado pelo confronto entre os operários e a classe patronal e a palavra de ordem da campanha salarial era 50% ou greve. O sindicato estava aliado a setores mais combativos do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e participava das lutas pelas Reformas de Base². Mas o ano de 1964 contou com o golpe civil-militar e trouxe algumas derrotas para o movimento sindical.

Do final da década de 50 e o início da década de 60, o país foi caracterizado por uma agitação cultural e politização acentuada. Gorender (1998) as sintetizou:

“A politização das massas se tornou o campo fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores. Partiram da UNE os Centros Populares de Cultura, pródigos no âmbito do teatro, da poesia, do cinema. Com apoio de setores progressistas da Igreja Católica, expandiu-se o Movimento de Educação de Base, atuante nos bairros pobres. O método de alfabetização de adultos do educador Paulo Freire teve aplicação em Pernambuco e daí se difundiu pelo país” (GORENDER, 1998, p. 53.).

¹ Até o início da década de 60, a sigla “PCB” indicava “Partido Comunista do Brasil”, a mudança para “Partido Comunista Brasileiro”, ocorrida em 1962, foi na verdade uma tentativa de se conseguir o registro eleitoral, uma vez que o termo “do” foi usado como principal argumento para sua cassação em 1947, sob a acusação de representar a submissão à uma organização internacional: o Partido Comunista da União Soviética PUCS. No mesmo ano, um grupo de militantes rompe com o PCB, que já significava “Partido Comunista Brasileiro” e funda o PCdoB, significando novamente “Partido Comunista do Brasil”.

² Movimento lançado durante a presidência de João Goulart (1962-1964), que tinha na Reforma Agrária e na Reforma Urbana duas propostas de destaque.

Em Volta Redonda, a organização política ganhou novos contornos com a nova direção sindical, que embora contasse com a participação de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinha na liderança independente de Lima Neto a sua força motriz:

“pela primeira vez na história da CSN, a possibilidade real de greve se colocou. A palavra de ordem da campanha salarial de 1964 foi ‘50% ou greve’. O Cine Avenida, na Amaral Peixoto, foi palco de assembleias maciças, inclusive a maior até então realizada, com 6.000 trabalhadores reunidos para decidir pela deflagração de greve” (REVISTA ARIGÓ, 1989, p. 44).

Com o incremento da siderúrgica e da cidade de Volta Redonda, o modelo de *company town* estaria comprometido. Outras indústrias se instalam na cidade de Volta Redonda e na região Sul Fluminense, algumas possuíam relação direta com a CSN. Progressivamente, a empresa vai deixando de suprir os mecanismos que mantinham a “família siderúrgica” coesa. Algumas das leis trabalhistas não eram cumpridas pela empresa, fazendo com que o sindicato atuasse na cobrança dos direitos trabalhistas conquistados. Na década de 60, o modelo começava a dar os primeiros sinais de decadência. Como visto acima, o Sindicato dos Metalúrgicos teve José de Lima Neto como presidente

Com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, o Brasil entrou numa ditadura que duraria 21 anos. Para o movimento sindical e para os movimentos sociais da época, o significado do golpe foi a intervenção direta do regime. Lideranças políticas tiveram seus direitos cassados, muitos optaram pelo exílio, civis e militares foram aposentados compulsoriamente, o arbítrio tornou-se cotidiano.

Entre 1964 e 1974, o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense sofreu intervenção e o clima de terror e delírio persecutório se espalhou pela cidade. Volta Redonda passou a ser área de segurança nacional, e com o Ato Institucional nº 4, os Municípios considerados área de segurança nacional teriam os prefeitos nomeados pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão direto da Presidência da República. Resta esclarecer que os Atos institucionais foram utilizados pelo novo regime como força de decreto, foi um recurso tirânico utilizado pelo regime

civil-militar. Para o sindicato a ofensiva deu lugar a defensiva:

“É um tempo em que o sindicato passa a viver no silêncio, sob intervenção exercida por Orlando Alvisi, operário da CSN e ligado à Democracia Cristã. Mas as esperanças se renovam, em 1974, quando um certo ativista católico se coloca, encabeçando uma chapara para a direção do sindicato, e trazendo para si a simpatia militante dos ativistas de igreja católica. Waldemar Lustoza será eleito com uma expressiva votação. E para surpresa de muitos, será a mais acabada expressão de ‘pelego do tempo da ditadura’. No sindicato, Lustoza ficará até 1983, quando então a Oposição Sindical assume a direção do sindicato, depois de uma longa batalha travada nas urnas e nas fábricas” (REVISTA ARIGÓ, 1989, p.57).

5. Construindo o “Novo Sindicalismo”

No final de década de 70 e início da década de 80, o país teria encontro marcado com a redemocratização. De modo gradual, seguro e lento, a ditadura começava a dar sinais de esgotamento. Tal processo teve início com a presidência de Ernesto Geisel e se consuma com seu sucessor, o general Figueiredo: os militares deixaram o protagonismo da presidência, mas a parcela civil que apoiou a ditadura continuou hegemônica nas instituições republicanas.

Progressivamente, foram restabelecidas algumas garantias democráticas: aprovou-se a Lei de Anistia, em agosto de 1979 – lei que anistiava prisioneiros políticos e exilados, assim como agentes da segurança pública militar e civil do Estado que atuaram em crimes bárbaros. Em paralelo ao “novo sindicalismo”, foram ressurgindo os partidos políticos, os movimentos estudantis, o de mulheres, associações de bairro, as comunidades eclesiais de base, a luta contra a carestia, reorganização do movimento negro, entre outros; houve o retorno dos exilados; criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT); surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a campanha das “diretas já”, ou seja, a possibilidade de eleições diretas para a presidência da república que reuniu milhões de pessoas atividades políticas em várias capitais. O movimento social organizado passava da defensiva para uma ofensiva democrática.

Para melhor esclarecimento, em 1967, o Ministério do Trabalho, dentro de um governo civil-militar tirânico, passou a liberar as atividades sindicais promovendo várias eleições, porém com um detalhe: tinha total

controle sobre os candidatos, alguns eram dirigidos pelos próprios militares. Isso resultou num sindicato dominado pelo Estado, em que os representantes não defenderiam as idéias que eram de interesse dos trabalhadores. Não obstante, grandes mobilizações e greves foram feitas pelos operários.

Em 1968, ano de muitas agitações políticas e sociais no mundo e no Brasil, contou com a greve de Osasco e de Contagem. Segundo Roque Silva,

“em Osasco, a oposição sindical ganhou as eleições em 1967. Uma Outra experiência importante foi a de Contagem (MG), onde também o Sindicato dos Metalúrgicos foi conquistado pela oposição sindical em 1967. Aí, formou-se um eixo Osasco-Belo Horizonte, aglutinador do conjunto das oposições sindicais” (APARECIDO DA SILVA, 1999, p. 74).

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nos conduz a uma reflexão sobre a conceituação do “novo sindicalismo”. Este não deve ser compreendido como uma forma de atuação sindical a partir do final da década de 70 e início dos anos 80. Na verdade, as experiências de luta política da classe trabalhadora não foram estanques, elas se mantiveram como referencial de acúmulo político e formas de atuação que propiciaram a construção de uma nova relação entre o Estado e o movimento sindical. A adoção do adjetivo novo ao termo sindicalismo, guarda a devida intenção de consolidar as formas de organização política no final da ditadura no campo sindical, sinalizando a ruptura que os sindicatos e as centrais mais combativas desejavam imprimir em suas matrizes. Da mesma forma, esse “novo” não implica desprezar a cultura política acumulada nas lutas sociais do século XX. O mesmo Roque Silva registra a importância do movimento de Osasco, que teve início em 16 de julho de 1968:

“Enfim, o importante é que essa greve, com vários sociólogos já escreveram, marca o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil. De uma nova forma de organizar a classe trabalhadora que, é verdade, a repressão e o Ato Institucional nº 5 impediram que tivesse continuidade naquele momento. Entretanto, o que foi vivido em Osasco – uma organização de base, um sindicalismo de massa, uma perspectiva mais democrática para a organização e a ação sindical – foi o que acabou prevalecendo mais tarde. Com as greves do ABC, em 1978, as características básicas do movimento de Osasco estavam de novo presentes e são elas que vão marcar o novo sindicalismo” (APARECIDO DA SILVA, 1999, p. 82).

Qual era a característica do chamado “novo sindicalismo” no final da década de 70? Ele defendeu a

“oposição à política governamental de reajustes anuais para os salários, negociação coletiva entre sindicatos e empresas, defesa do direito irrestrito de greve e do princípio de liberdade e autonomia sindicais, criação de organizações sindicais nos locais de trabalho, enfim, um sindicalismo mobilizador, de participação das bases e democrático” (GRACIOLLI, 1997, p. 54.).

A principal liderança sindical nacional era Luís Inácio “Lula” da Silva, presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. A combatividade e a mobilização sindical eram elementos presentes nas greves. Segundo Badaró,

O depoimento de um dos participantes do movimento dá conta das condições de erupção da greve na fábrica da Scania de S. Bernardo do Campo, em 1978. Reclamando um índice de reajuste maior e revoltados com a diminuição do número de horas pagas naquele mês, os operários daquela empresa (tida como das que melhor pagavam na região) deram o pontapé inicial de uma seqüência de greves nas diversas fábricas da área, todas seguindo modelo similar de paralisação e tendo como principal ponto de pauta a elevação em 20% do índice de reajuste concedido pela Justiça do Trabalho, de 39%. Na Scania, como nas demais empresas, a forma e o desenrolar das greves sugeriam um alto grau de espontaneidade. (BADARÓ, , 2002, p.79).

Novamente uma paralisação no ano 1980, em abril, em São Bernardo, contou com a adesão de 90% da categoria. O Tribunal Regional do Trabalho não atendeu aos interesses dos trabalhadores. Isso fez com que os trabalhadores metalúrgicos de Santo André, até então aliados ao movimento de São Bernardo, cessassem a sua participação na greve. Porém, os trabalhadores de São Bernardo permaneceram. O TRT julgou a greve com ilegalidade dando favor aos interesses governamentais. O governo passou a intervir nos sindicatos, cassando os líderes sindicais, prendendo-os. Neste meio tempo, os trabalhadores ficam sem meios representativos, e metalúrgicos se reúnem em São Bernardo e em Santo André, e decidem permanecer com a greve. Queriam as reivindicações anteriores e a libertação dos presos. Os empresários estavam mais repressivos e convictos do que nunca. Havendo confrontos entre policiais e trabalhadores. No dia primeiro de maio, o dia mais marcante na história dos trabalhadores do Brasil e do mundo, os trabalhadores novamente se reuniram em São Bernardo.

Porém, o movimento já estava esgotado. Os metalúrgicos do ABC puseram um fim ao movimento, greve que já permanecia durante 41 dias. As lideranças continuaram presas por alguns dias, só foram libertados depois da apresentação de um recurso utilizado pelo advogado do Comitê Brasileiro pela Anistia. E sendo processados pela lei de segurança nacional.

A formação das centrais sindicais é um fator fundamental para compreendermos as greves da década de 80. Em agosto de 1981, foi realizada a I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em Praia Grande, São Paulo. Contou com a presença de 5.036 delegados, de várias tendências políticas e de vários estados do Brasil. Sobressaíram as tendências denominadas sindicalistas autênticas e as oposições sindicais. Os primeiros, reuniam os sindicalistas tradicionais, contando com forte apoio do Partido Comunista no Brasil (PCB), além de sindicalistas “pelegos” que se convertiam aos novos tempos; o segundo grupo era formado pelos sindicalistas ligados ao catolicismo e outras organizações da esquerda no Brasil. Os sindicalistas autênticos defendiam uma política sindical conciliadora e moderada, se organizaram em torno do que denominaram a Unidade Sindical. As divergências deram origem a duas centrais sindicais: os novos sindicalistas ou oposições sindicais formaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e os autênticos fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. A década de 80, teria encontro marcado com o acirramento da luta de classes e Volta Redonda ocuparia lugar especial nesse encontro.

6. As Greves da Década de 80: vitória ou caminho da coerção?

Na década de 80, Volta Redonda se torna palco de um dos maiores movimentos sindicais, que envolveu vários setores da sociedade. A mobilização da população foi um diferencial deste movimento, que contava com o apoio da igreja e de outros movimentos sociais. Em 9 de novembro de 1988, tropas do Exército invadiram a CSN e assassinaram três operários dentro da própria usina. Para entender este fato é necessário analisarmos a conjuntura que desencadeou este trágico

capítulo da história de Volta Redonda.

Anos após a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, aconteceu o primeiro de uma série de agravantes que mudaria não somente a história de Volta Redonda, mas também a vida de muitos trabalhadores, que lutaram e batalharam para que seus direitos fossem respeitados. Em 1984, precisamente 43 anos após a implantação da CSN, ocorreu a primeira greve organizada pelos trabalhadores da siderúrgica. A greve de ocupação teve a participação de 22.000 operários, que contava com o apoio das mulheres e também de seus filhos que se concentravam fora da CSN, além de outros setores populares. Eles reivindicavam reajuste salarial e participação nos lucros da empresa, entre outros pontos. É importante ressaltar que orientados pelo Sindicato, os trabalhadores tiveram a consciência de que a greve não era contra o equipamento, não havia neles o interesse de acabar com o patrimônio da empresa. Nada foi destruído, e após 5 dias de greve, percebendo que não havia mais sentido de continuar ela findou-se:

A exportação de aço para os Estados Unidos, que prejudica os produtos americanos, aconselhava a (sic) grupos governamentais a estimularem o prosseguimento da greve (...) A continuidade da greve já não interessava mais aos metalúrgicos. Compreenderam a tempo, que estavam sendo manipulados por grupos estranhos à classe e aprovaram a proposta do presidente do sindicato ao suspenderem a greve (Apud ANTUNES, Juarez. In VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.57).

É importante a relevância deste episódio, por ser a primeira greve organizada pelos trabalhadores, que fizeram da greve um instrumento de luta contra as classes opressoras:

“Na história do Sindicalismo Brasileiro até agora não havia sido registrado um movimento grevista como ocorrido em Volta Redonda entre os dias 20/06/1984 a 24/06/1984 (...) O tabu de que a CSN jamais haveria greve ruiu como castelo de areia. Os dirigentes da empresa ficaram estupefatos” (GRACIOLLI, E., 1997, p.82).

Existia um setor dentro do sindicato que queria a continuidade da greve. Eles defendiam que a greve estava sob total controle do sindicato e dos trabalhadores. Porém, a greve teve fim por influência de Juarez Antunes e de dom Waldyr Calheiros, este em seu culto ecumênico enfatizou que a luta deveria ser passo a passo. Na assembléia do dia seguinte, Juarez Antunes reforçou a idéia de finalizar a

greve alegando que os trabalhadores já tinham dado o primeiro passo.

No ano de 1985, não houve greve em função de ter sido assinado um acordo salarial em meio à negociação. O ano 1985 foi importante para o sindicato aumentar sua presença na base, com boletins e carro de som, ampliando a sua legitimidade junto à categoria.

Em setembro de 1986, ocorreram eleições no Sindicato dos Metalúrgicos, concorreram três chapas: a chapa 1, composta pela diretoria em exercício na época; a chapa 2, encabeçada por Juarez Antunes e dissidentes da antiga diretoria e militantes da Convergência Socialista, que se considerava um grupo de oposição sindical; a chapa 3, formada por antigos operários que eram considerados ligados aos interesses da CSN. A chapa de Juarez Antunes saiu vitoriosa com 86% dos votos.

Em outubro de 1986, aconteceu outra greve, desta vez realizada no lado fora da CSN. Esta foi assinalada pela primeira invasão³ do Exército a usina. A greve rapidamente foi contida e os operários retomaram o trabalho já no dia seguinte. A revolta era grande:

Hoje, os metalúrgicos estão mais unidos do que nunca. A prepotência da Nova República só serviu para descobrirmos os verdadeiros inimigos da classe operária. Dentro de nosso peito existe uma ferida que, enquanto existir, estará empurrando-nos para a luta. Cada operário sabe que nenhuma recriminação deve existir entre nós, pois estamos na mesma canoa – a dos explorados pelo capitalismo (...) Em cima disso a nossa luta avançará mais. (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990. p.62).

Ainda no ano de 1986, em dezembro, ocorreu a greve geral⁴, e pela segunda vez o Exército voltou a intervir:

Essa foi à segunda invasão do Exército, e de lá para cá, virou rotina ele entrar dentro da usina com os seus tanques urutus, cascáveis; com metralhadoras, fuzis e soldado. Nesta segunda invasão o operário medrou, a direção do sindicato medrou. Ficamos com medo do Exército dar porrada, mas o movimento não parou (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990.p.65).

É inevitável a análise da prática político-repressiva que os militares exerciam

não apenas sobre os trabalhadores, mas na sociedade em geral. Bastava que as tropas do Exército aparecessem para que a tensão e o medo fossem disseminados.

A campanha salarial de 1987 acabou por gerar outra greve: “estabelecida a negociação, não houve avanço e realizou-se uma greve de 5 dias, parando a produção da CSN e da fábrica de Estrutura Metálicas (FEM)” (GRACIOLLI, E, 1997, p.90).

Novamente em 1987, a CUT – Central Única dos Trabalhadores – convocou uma greve geral. “Volta Redonda pára, e lá vem o Exército; a mesma coisa, todo mundo parado e o Exército entra na usina. Agora o trabalhador tinha visto a cara do Exército três vezes, perdeu um pouco de medo. Ainda tinha respeito, mas já não tinha mais tanto medo” (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.70).

O descontentamento dos trabalhadores com a empresa e a atual situação econômica do país se agravava dia após dia e prenunciava uma nova greve. Não se chegava a uma negociação:

Hoje é dia de negociação. Sabemos muito bem que a intenção da CSN é endurecer cada vez mais nosso Acordo salarial para ver se conseguem roubar cláusulas do nosso acordo do ano passado. Além de cortar algumas conquistas, que já alcançamos, como a girafa⁵, os 100% nas horas extras e outras. Mas nós não somos máquinas e sabemos muito bem o que a CSN quer com isso (GRACIOLLI, E, 1997, p.99)

Em maio de 1988, explode outra greve, aprovada em assembléia pelos trabalhadores insatisfeitos com a negociação proposta pela CSN. E mais uma vez, a interferência do Exército fez toda a diferença. Após 65 horas de paralisação total dos operários da CSN, FEM e empreiteiras que prestavam serviço a CSN, a greve terminou.

Isaque Fonseca, membro da diretoria do Sindicato – de 1986 a 1989 – alegou que os trabalhadores começaram a se organizar dentro da própria fábrica, uma vez que já não contavam com a presença dos ativistas lá dentro. Segundo ele, os trabalhadores fizeram comissões clandestinas, cotando com o apoio do sindicato do lado de fora da empresa do

³ Utilizamos o termo invasão esclarecendo que o patrimônio público não estava ameaçado, uma vez que os trabalhadores garantiam seu funcionamento. Sendo a presença das forças militares um mecanismo nítido da continuidade dos anos de ditadura civil militar. Logo, não houve ocupação legítima do Estado, mas invasão.

⁴ Com a derrota das “Diretas já”, foram eleitos para presidente e vice, de forma indireta, respectivamente, Tancredo Neves e José Sarney. O primeiro faleceu e o segundo assumiu a presidência. Sarney (1985-1990) tinha vínculos com os setores conservadores da sociedade política, seu governo foi marcado por seguidas agitações políticas de âmbito nacional. Era a chamada “Nova República”, que não se desvinculara das matrizes conservadoras da ditadura civil-militar (1964-1985).

⁵ A Girafa era uma gratificação paga no mês de abril e tinha o status de um 14º salário.

movimento popular.

No dia 4 de novembro de 1988, foi convocada uma assembléia, nela iria se decidir o futuro de uma provável greve. Havia um grande descaso por parte da empresa com relação às reivindicações, consideradas legítimas pelos trabalhadores. As reivindicações consistiam na implantação do turno de 6 horas, um aumento salarial baseado nas perdas inflacionárias do período, fim das “listas negras” – que acabava por impedir que determinados trabalhadores conseguissem emprego em empreiteiras – e a readmissão dos sindicalistas e trabalhadores demitidos por motivo de greve, entre outros objetivos. “Podemos dizer que, do ponto de vista das reivindicações, essa greve se apresentou com sendo uma greve de cobrança” (GRACIOLLI. E, 1997, p.107).

A greve teve início no dia 7 de novembro (segunda-feira), como havia sido estipulado em assembléia, de maneira que eles já haviam se preparado. A palavra de ordem agora era resistir.

Sempre houve por parte dos trabalhadores uma preocupação em preservar setores considerados essenciais da usina e seus equipamentos. Em contrapartida, o Governo Federal e o Exército insinuaram que o patrimônio da empresa estava ameaçado pelos trabalhadores. Muito pelo contrário, os danos que foram causados a CSN foram feitos pelo próprio Exército:

Dentro da usina havia 15 mil operários. No pátio da SOM formamos os piquetes para que ninguém saísse da usina. Começamos o processo de carga especial para abafar os fornos e ficamos por ali tranquilamente. Na opção de abafar os alto-fornos e não os desligar, já demonstrávamos, aliás como sempre, a nossa preocupação com a usina, pois se tivéssemos desligado os alto-fornos 1 e 3 as perdas seriam irreparáveis. (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990. p.65)

No primeiro dia, a Polícia Militar tentou impedir a entrada de diretores do sindicato, elevando os ânimos e causando conflitos entre grevistas e soldados da PM (Polícia Militar) dentro do pátio. Durante a noite, o Exército apenas sondou o local e foi embora: “a vinda das tropas militares foi baseado num mandato de manutenção de posse expedido pelo juiz da 3ª Vara Civil de Volta Redonda, Dr. Moisés Cohen” (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.85).

Já no segundo dia de greve, o

sindicato tentou uma negociação, mas Juvenal Osório, presidente da empresa, apostava numa possível desistência dos operários, que acabariam sendo vencidos pelo cansaço. E mais, declarou que, por orientação de Brasília, a resolução desse problema teria que ser da melhor forma possível, mas sem fazer nenhuma concessão aos grevistas. Da parte do sindicato, foi registrado: “reunimos o pessoal e contamos o que o Juvenal tinha declarado que não ia negociar e que tinha dito que ia ganhar todo mundo pelo cansaço. A rapaziada radicalizou: - Vamos fazer cinquenta dias de greve. Vamos ver quem vai cansar o outro” (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.85).

Os trabalhadores se organizaram para ficar dentro da aciaria, caso o Exército tentasse entrar. A aciaria era um prédio alto, com 50 metros, bonito por fora, mas por dentro um verdadeiro inferno: “na aciaria, cruzam o espaço tubulações de gases venenosos, há pontes rolantes que se movimentam com lingotes de aço rubros, provocando um calor insuportável, ali há um barulho ensurdecedor em decorrência dos vagões e carros-torpedo, que trazem ferro-gusa para abastecer a produção de aço” (GRACIOLLI. E, 1997, p.122).

Na noite do mesmo dia, ocorreram movimentações de militares em torno da CSN, com cerca de dois mil soldados vindos de inúmeros quartéis do Estado do Rio de Janeiro. Em resposta, os operários promoveram um barulhão, uma manifestação com batidas de pedaços de vergalhões e madeira, dentro da aciaria, para demonstrar que estavam em grande número. Nessa noite, o exército tentou invadir a aciaria, mas sofreram com uma forte resistência. Pedras e mais pedras foram lançadas para que pudesse impedir a investida dos militares.

Uma tática utilizada pelo Exército para mapear quantos operários havia dentro da usina, foi o envio de lanches. Dessa maneira, avaliavam o número de trabalhadores que ocupavam a CSN e, conseqüentemente, analisariam uma provável retirada à força dos trabalhadores, se caso estivessem em menor número. Foram mandados 8 mil lanches, e os trabalhadores se organizaram, para frustrar o plano dos militares, entrando várias vezes na fila para consumir o maior número de lanches possível.

Na quarta-feira pela manhã, no

terceiro dia de greve, o Exército cortou o café, a água e a luz. Apenas laranja e leite eram fornecidos aos trabalhadores com objetivo de desarranjo intestinal, para ver até onde os mesmos resistiriam.

Juarez Antunes estava impedido de entrar na CSN, mas, era realizada, de hora em hora, assembléias. O Exército formava uma verdadeira muralha que impedia a entrada de todos, até mesmo dos operários que estavam chegando para o seu turno. A multidão do lado externo da CSN só aumentava.

Mediante a contraproposta feita pela empresa, que não abrangia nem a metade das reivindicações, foram realizadas duas assembléias, uma para os operários dentro da fábrica e outra para os que estavam do lado de fora. A continuidade da greve foi aprovada em ambas:

A contraproposta da CSN de pagar 60 horas-extras até a implantação do turno de 6 horas, e mais nada, foi recusada por unanimidade (...) Juarez disse para todo mundo ouvir: — Agora acabamos de aprovar a continuação da greve, que é nosso direito legítimo. E a partir desse momento eu responsabilizo o Exército por qualquer coisa que vier a acontecer, Srº. General! (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.98-99).

O Exército, por volta das 18h, já ocupava espaços do pátio da SOM. Iniciou-se o confronto. Tiros começaram a ser disparados.

Dentro e fora da CSN, Volta Redonda se transformou num campo de guerra. Nem a população conseguiu escapar. Estes correram desesperados dos militares. Soldados e oficiais chutando, atirando, dando coronhada em qualquer um que encontrasse pela frente. Pessoas sendo espancadas, estabelecimentos comerciais sendo atacados e depredados. A violência, o desespero e o medo tomaram conta das ruas da cidade naquela trágica quarta-feira. Houve resistência por parte da população e de metalúrgicos. Várias pessoas foram parar no hospital. Todo aquele alvoroço na cidade pôde ser ouvido pelos operários dentro da fábrica que horrorizados se indagavam “o porquê” do Exército estar cometendo toda aquela brutalidade com a própria população. Suas mulheres e filhos estavam lá fora, no que havia se transformado em uma guerra:

Eles estão correndo atrás da população como numa caçada. Dispersaram todo mundo e agora estão caçando, estão correndo atrás com cassetetes, correndo com baionetas, correndo com bombas, correndo com o diabo. Estão caçando a população nas ruas de Volta Redonda pra bater, pra machucar.

(VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.101)

Dentro da usina, os operários, trataram de se acomodar todos na aciaria certos de que lá estariam seguros, pois lá eles possuíam total controle da situação, pois os militares não conheciam o local e não ousariam entrar:

“A aciaria passou a funcionar, explica um deles, como uma fortaleza de resistência e garantia para os trabalhadores. Armaram então uma empilhadeira com tinta inflamável e um tambor de querosene ao lado e, com objetivo de intimidar do que para acioná-la, voltaram-na estrategicamente para o lado dos militares. ‘De qualquer maneira, não corremos risco, porque conhecíamos tudo, sabíamos para onde fugir, se fosse o caso’. Com o material disponível, os trabalhadores criaram verdadeiras armas. E estabeleceram sua estratégia: tijolos refratários enfileirados por toda volta da aciaria estavam prontos para serem lançados. (...) As escuras, a aciaria era iluminada por pequenas fogueiras protegidas por tijolos. Providenciamos nossa defesa porque vimos que estávamos em perigo. (Apud Jornal do Brasil. In GRACIOLLI, E., 1997 p.132)

De certo que é no mínimo incoerente querer fazer qualquer tipo de comparação com as armas – se é que podemos chamar de *verdadeiras armas* – fabricadas e usadas pelos operários e as armas sofisticadas utilizadas pelas tropas do Exército. É um confronto desproporcional. A versão oficial do Estado foi descrita pela Revista Manchete:

Uma batalha campal que resultou, tragicamente, em três mortos e dezenas de feridos, um balanço dramático no horizonte político de um país, onde uma nova Constituição assegura o direito de greve e atribui ao exército a função de manter a ordem e impedir a ocupação de empresas estatais. ‘Cumprimentos a nossa missão constitucional e vamos cumpri-la sempre que for necessário’ – justifica o ministro Leônidas Pires Gonçalves, em entrevista a Manchete. Na seqüência dos graves acontecimentos de Volta Redonda (RJ), persiste, dentro e fora do Palácio do Planalto, nos meios empresariais e sindicais, a esperança de que o Brasil resolva a sua crise pela via democrática. (Revista Manchete, 24 de novembro de 1988,).

O resultado dos conflitos e da ação militar dentro da usina indicava feridos, vários danos às instalações da empresa e três operários assassinados pelo Exército: Willian, Walmir e Barroso. Willian Fernandes Leite, 22 anos, morreu com uma bala de um fuzil FAL do Exército, que acertou em cheio sua nuca. Willian era um inconformado, descontente com a situação do país, filiou-se ao PT, aderiu à greve, mas não pôde chegar a tempo ao aniversário de sua namorada, naquela quarta-feira. Walmir Freitas Monteiro, 27 anos, casado, acumulava o máximo de

horas-extras possíveis, para assim poder dar o sustento a sua família. Walmir era filho de metalúrgico, estava em casa e não pretendia ir a CSN naquele dia, mas ao ouvir uma nota da empresa dizendo que a greve havia acabado, resolveu ir ao trabalho. Chegando lá, a fábrica ainda estava parada e resolver ajudar pra que o alto-forno nº 2 permanecesse funcionando. No dia 15 de novembro completaria seus 28 anos, mas faleceu com uma bala disparada de um fuzil FAL do Exército, que lhe atravessou o peito. Carlos Augusto Barroso, 19 anos, filho de operário aposentado, entrou terça-feira na usina e não pode mais sair, pois as tropas do Exército não permitiam nem a entrada e nem a saída de ninguém. Segundo testemunhas, ele foi assassinado com uma coronhada na cabeça. Em seu atestado de óbito revela que a causa de sua morte foi traumatismo crânio-cefálico as 23h30.

Na manhã do dia 10 de novembro, os trabalhadores se retiraram da aciaria. E a CSN se transformou num quartel do Exército. A estada do Exército no maior complexo Siderúrgico da América, apresentava a justificativa de preservação do patrimônio da empresa.

Foi expressiva a presença do povo nos enterros dos jovens operários mortos. A partir daquele momento, a luta dos metalúrgicos se transformou na luta da população de Volta Redonda⁶. Vários segmentos sociais, partidos políticos, a ala progressista da Igreja Católica, inclusive o engajamento de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil para a montagem de um dossiê falando sobre a invasão do Exército à CSN; todos reforçavam e redimensionavam a greve dos operários:

Mas hoje sentimos também que existia um pouco de orgulho no coração de todos nós, pois começamos a perceber que a dignidade humana existe. O movimento metalúrgico de nossa cidade, acima de qualquer reivindicação, estava representando a moral de um povo que se une para buscar os mesmos ideais: um mundo melhor para nossos filhos fundado no respeito, na dignidade, na solidariedade e na liberdade (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.101).

Um dos aspectos importantes para que as greves dos metalúrgicos causassem uma mobilização com tamanha grandeza na cidade de Volta Redonda foi o trabalho de coordenação realizado por dom Waldyr Calheiros, que

procurava integrar a Igreja e o sindicato com outros movimentos sociais. Nos anos 80, foi criado um fórum na Cúria Metropolitana onde se discutia todos os movimentos da cidade: “em Volta Redonda a gente fazia junto... qualquer coisa. Se fosse ocupar uma terra, lá tinha um movimento sindical... Tinha a Igreja e tinha as associações de moradores, a comissão de direitos humanos, sabe?” (*Apud* Militante do movimento pela moradia. In SANTANA, M. s/d).

Com a participação de mais de 35 mil pessoas, foi realizada a assembléia dos metalúrgicos, com intuito de avaliar a continuação e a organização do movimento. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e a diretoria do Sindicato dos Engenheiros reuniram-se para a análise da situação dos altos-fornos. Seria realizada no dia seguinte uma assembléia onde se resolveria essa questão. Ficou decidido que seria feito um esquema de revezamento para garantir o funcionamento dos altos-fornos, o que não significaria o fim da greve. Isso demonstrava mais uma vez a preocupação dos metalúrgicos com o patrimônio da empresa e não o contrário, como pregava o discurso oficial:

O governo e a empresa jogaram pesados. Além dos gases, cassetetes e tiros, irresponsavelmente quase destruíram dois dos três altos-fornos que temos na CSN. Quando iniciamos a greve, procedemos ao abafamento dos altos-fornos 01 e 03. O alto forno 02 continuou produzindo para gerar gás de alto-forno para a bateria 03 de coqueria (...). O abafamento significa uma carga especial de coque e sinter, garantindo as condições necessárias para a volta à operação no fim da greve. A direção da empresa e alguns chefes, calculando que a greve acabaria com a invasão militar, operou os altos-fornos sem informar o comando de greve. Foi um duplo erro político e técnico. Diante disto, a assembléia autorizou uma verificação técnica e os trabalhos de salvamento dos fornos. Foi uma prova de maturidade e elevada consciência dos trabalhadores. Os fatos demonstram: quem defendeu e preservou o patrimônio da empresa foram os operários e não os autores do massacre que sacrificou nossos companheiros (*Apud* Jornal Tempo, In GRACIOLLI, E., 1997, p.142-143).

No dia 21 de novembro, aconteceu o abraço da CSN, uma manifestação que contou com aproximadamente 60 mil pessoas:

O abraço à Companhia Siderúrgica Nacional comprovou mais uma vez que a greve tinha apoio de toda a cidade. O abraço não foi só na CSN, na realidade um abraço em volta da força que os trabalhadores têm em qualquer lugar do mundo. O

⁶ É importante ressaltar que a mobilização ocorrida em 1988 teve antecedentes na história da luta política dos trabalhadores da CSN e de outros movimentos sociais. Mas, a ação criminosa do Exército aguçou a participação popular.

povo não estava só abraçando um alto-forno, uma aciaria, uma coqueria; o povo estava se abraçando, abraçando a sua solidariedade e sua união (Apud ANTUNES, Juarez In VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.199).

Em um Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos distribuído em assembléia, havia uma proposta do encerramento da greve:

... “são 17 dias de greve. Podemos ir além. Temos fôlego para mais alguns dias. Entretanto, sabemos que daqui para frente não haverá mais ganhos. Podemos dar mais prejuízo a empresa, porém sem nenhum lucro econômico ou político para os metalúrgicos, e para a nossa causa. Fomos até onde manda o nosso bom-senso. Dominamos a fera, mas não podemos matá-la. Ferimos o adversário, mas não podemos destruí-lo (...) Devemos terminá-la quando a vitória está nas nossas mãos, e não existe mais possibilidades de avanços. Segurar a vitória, conservar as forças para novas arrancadas é demonstração de inteligência política. Querem ir adiante, nós iremos. Porém a posição do sindicato é pela aceitação da proposta e suspensão da greve. Direção é para dar direção” (GRACIOLLI, E., 1997 p.145).

Às 8h do dia 23 de novembro, teve início mais uma assembléia com a participação de 30 mil trabalhadores, com vários populares. O último a falar nesta assembléia foi Juarez Antunes:

“Como eu disse em 84 e repito agora: toda greve tem hora de começar e hora de parar (...) o sindicato precisa ter diretoria para dar direção (...) porque nunca nós satisfaremos a totalidade em qualquer greve, nunca. (...) É importante sair bem de uma greve, manter a vitória, manter a unidade e a preparação para outras greves. (...) O trabalhador tem que buscar o poder, porque com o poder nas mãos a burguesia vai ser comandada e o trabalhador vai dirigi-la, vai comandá-la. (...) Então, companheiros, vamos manter a chama da luta acesa, terminando uma greve no pique máximo, sem cair na decida da montanha, para podermos, em um momento muito próximo, buscar mais, porque a luta da classe trabalhadora não começa e não termina com uma greve” (VEIGA, S. & FONSECA, I., 1990 p.211-212-213).

Aprovou-se assim o retorno ao trabalho após o esclarecimento necessário aos operários e com a obtenção de parte das reivindicações. Mas os operários só retornaram aos seus trabalhos quando as tropas do Exército foram retiradas da empresa. Após 23 dias, a greve chegara ao seu fim, depois de muita luta e persistência. A greve terminou com o sentimento de vitória e orgulho. Vitória econômica e política, e orgulho por não terem cedido a toda repressão estabelecida contra eles.

A greve chegara ao seu fim. O movimento, que começara com a cobrança dos operários insatisfeitos com a exploração

de trabalho que vinham sofrendo, teve êxitos, os trabalhadores não se calaram, mas lutaram e reivindicaram para que seus direitos fossem garantidos e respeitados. A greve de Volta Redonda marcou uma página na história do sindicalismo brasileiro e da luta operária. Página que contribuiu para muitas mudanças, mas essas mudanças são assuntos além das propostas do nosso artigo.

7. Conclusão

Como o presente artigo se vincula a um projeto de iniciação científica, a conclusão terá mais a função de sugerir indagações a serem verificadas na pesquisa. A primeira delas nos remete a construção de uma memória nos estudos historiográficos sobre a concepção de ter a CSN desenvolvido um mecanismo de concessões que convenceram os trabalhadores a aceitarem a idéia “CSN-mãe”. Conta para essa constatação o modelo de *company-town* e o arco de atuação da empresa siderúrgica no cotidiano da população. Tal memória necessita ser ampliada, pois os mecanismos foram absolutamente centrados em formas de controle articulados com uma lógica militarizante que impediu a classe trabalhadora de construir-se de modo autônomo. Resta esclarecer: qual a verdadeira face dessa “CSN-mãe”?

Outra necessidade é a procurar identificar se foi apenas o movimento sindical que conduziu com êxito a greve de 1988. As evidências históricas nos remetem a uma forma de controle operário dentro da empresa, que contou com amplo apoio e participação de setores que não eram metalúrgicos, configurando um caso de participação popular que merece ser investigado.

Além do exposto, é necessário aprofundar – através da análise de depoimentos – as divergências existentes na direção do sindicato. Divergências sempre são louváveis, ainda mais se podem explicar a decadência do movimento liderado pelos metalúrgicos e os segmentos populares da cidade em curto espaço de tempo.

8. Referências

ANTUNES, Juarez. **A Explosão Siderúrgica**. Revista Ensaio, São Paulo, 1989.

APARECIDO DA SILVA, Roque. **A greve de 1968 em Osasco**. In Rebeldes e Contestadores: 1968 – Brasil/França/Alemanha. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1999.

BEDE, Waldyr Amaral. **Volta Redonda na era Vargas (1941-1964)**. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO JR, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

GRACIOLLI, Edilson. **Um caldeirão chamado CSN**. Uberlândia: Edufu, 1997.

_____. **Um laboratório chamado CSN – greves, privatização e sindicalismo de parceria** (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda 1989-1993). Campinas, 1999, Tese de Doutorado, Unicamp.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro** (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Moscou, Progresso, 1982, 3 vols.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia**

Política. In Marx (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1, volumes I e II. São Paulo, Difel, s/d.

MENDONÇA, Sônia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**. São Paulo: Ática, 2001.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros**. Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995.

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN: um sonho feito de aço e ousadia e fogo**. Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOREL, Regina Lucia de Moraes. **A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”. O caso de Volta Redonda (1941-1968)**. Tese de doutorado. São Paulo, USP/DEPTO de Sociologia, 1989, 3v.

_____. **Empresa Estatal e gestão da força de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1988, 30p.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p. 200-212.

RAMALHO, José Ricardo. **Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical**. In **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: JC, 1994.

_____. **Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

REVISTA ARIGÓ. Volta Redonda, Centro de Cultura Popular, Novembro de 1989.

REVISTA MANCHETE, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1988, nº 1.910.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Uma cidade em movimento: trabalhadores e política em Volta Redonda(1980-1990)**, Mimeo, s/d.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)**. Campinas, 1992, Dissertação de Mestrado, IFCH – Unicamp.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Entre o aço e as armas**. Petrópolis: Vozes, 1989.

WEFFORT, Francisco. **Origens do sindicalismo populista no Brasil – a conjuntura do após-guerra**. In Estudos Cebrap, nº 4. São Paulo: Cebrap, abril=junho de 1973.

_____. **Participação e conflito industrial:Contagem e Osasco 1968**. São Paulo: Cebrap, 1972.

_____. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Endereço para Correspondência:

Prof. Doutor Edson Teixeira da Silva Júnior
Curso de História
edsonuff@ig.com.br

Centro Universitário de Volta Redonda
Campus Aterrado
Av. Lucas Evangelista, nº 862,
Aterrado, Volta Redonda - RJ.
CEP: 27215 - 630

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

SILVA JUNIOR, E. T.; SILVA, I. S.; CASTILHO, L. C.; SILVEIRA, P.; CHRISÓSTIMO, R. B. S.. "A Greve Continua!": Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda, Volta Redonda, ano III, n. 7, agosto. 2008. Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/pesquisa/caderno/edição/07/24.pdf>>